



Enap

Acesso aos direitos fundamentais: uma abordagem da pauta indígena

Módulo

1

A História dos povos
indígenas brasileiros



Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente

Diogo Godinho Ramos Costa

Diretor de Educação Continuada

Paulo Marques

Coordenador-Geral de Educação a Distância

Carlos Eduardo dos Santos

Conteudista/s

Natammy Luana de Aguiar Bonissoni (Conteudista/MMFDH, 2021).

Eduardo Gomes Barnabé (Conteudista/MMFDH, 2021).

Dayanna Silva (Conteudista/MMFDH, 2021).

Equipe responsável:

Iara da Paixão Corrêa Teixeira (Coordenadora/Enap, 2021).

Priscila Callegari Reis (Coordenadora/Enap, 2021).

Ana Beatrice Neubauer de Moura (revisora, 2021).

Ana Clara Gulart (desenhista gráfico, 2021).

Ana Carolina Petrocchi Rodrigues (coordenadora de produção, 2021).

Isaac Silva Martins (implementador moodle, 2021).

Fabrcia Kelly Alves Ramos da Silva (implementadora Rise360, 2021).

Vanessa Mubarak Albim (Diagramador, 2021).

Curso produzido em Brasília 2021.

Desenvolvimento do curso realizado no âmbito do acordo de Cooperação Técnica FUB / CDT / Laboratório Latitude e Enap.



**Escola Nacional de
Administração Pública**

Enap, 2021

Enap Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Educação Continuada

SAIS - Área 2-A - 70610-900 — Brasília, DF



Sumário

Unidade 1: Contexto histórico dos indígenas no Brasil	5
1.1 Panorama no Brasil antes de 1500	5
1.2 Panorama no Brasil de 1500 a 1900	7
1.3 Panorama no Brasil de 1900 aos dias atuais	13
Referências	17





Módulo

1 A História dos povos indígenas brasileiros

Unidade 1: Contexto histórico dos indígenas no Brasil

Ao final desta unidade, você compreenderá a história dos povos indígenas brasileiros.

Você sabia que a história dos povos indígenas no Brasil iniciou-se muito antes da chegada dos portugueses em nosso país? O conteúdo que aprenderemos aqui apresentará uma jornada que começou muito antes de 1500, passando por diversas etapas e marcos importantes até chegarmos nos dias atuais da história, da cultura e dos costumes dos indígenas do nosso país.

Para saber um pouco mais sobre a trajetória desse povo, iniciaremos essa análise antes mesmo de 1500, a tão conhecida data do descobrimento do Brasil.

1.1 Panorama no Brasil antes de 1500



Fonte: IBGE, 2007.

Analisar essa época não é uma tarefa fácil, visto que, quanto mais se recua nos períodos da história, mais escassos são os vestígios e as evidências que temos dela. Diante disso, sabe-se pouco sobre a história desses povos antes de 1500. No entanto, graças a achados arqueológicos e alguns registros de viajantes, tem-se algumas informações que supostamente seriam a forma que essa população se originou.

Sobre as primeiras percepções de como as Américas foram povoadas, podemos destacar o que se apresenta no livro do IBGE de 2007:



Da origem dos povos ameríndios, sabe-se hoje que foi proveniente da Ásia, entre 14 mil e 12 mil anos atrás, sendo corrente a hipótese de se ter processado por via terrestre através de um “subcontinente” chamado Beríngia, na região do estreito de Bhering, no extremo nordeste da Ásia. (IBGE, p. 39, 2007).



Atualmente, alguns pesquisadores questionam essa forma como sendo a única fonte de chegada ou fonte de interpretação de como se deu o povoar da América. Nesse sentido, uma publicação realizada no ano de 2006 pelo Ministério da Educação descreve que:



As investigações posteriores, se não mantêm um acordo completo, questionam as antigas hipóteses de povoamento, baseadas na pressuposição de existência de sociedades pequenas e simples, de caçadores e coletores, caracterizadas por uma alta mobilidade e o uso de materiais perecíveis, como cestarias. (MEC, 2006).



Outro dado que também levanta discussão é a quantidade de pessoas existentes no território brasileiro antes da chegada dos portugueses. Sobre isso, o etnólogo Curt Nimuendaju assinalou, no seu mapa etno-histórico, a existência de cerca de 1.400 povos indígenas no território que correspondia ao Brasil do descobrimento. Já Julian Steward, em Handbook of South American Indians, calculou em 1.500.000 o total de índios que habitavam o Brasil, por sua vez, William Denevan projetou a existência de quase 5.000.000 índios na Amazônia, sendo reduzida posteriormente essa projeção para cerca de 3.600.000.



Fonte: MEC, 2006 – Albert Eckhout. Dança Tapuia.



De fato, as pressuposições sobre a população que habitava as terras brasileiras são diversas e imprecisas, mas tem-se vestígios que praticamente em toda a extensão do território que hoje conhecemos como o Brasil havia a presença de povos indígenas. Ao exemplo disso podemos destacar que a expansão dos Tupinambá se deu do Baixo Amazonas ao litoral nordestino, chegando até São Paulo, enquanto os Guaranis seguiriam para o sul até a foz do Rio da Prata. Os povos Tupi eram encontrados em toda a costa e no vale amazônico, onde dividiam o território com grupos da família Aruák (nos Rios Negro e Madeira) e Karib (nas Guianas e no Baixo Amazonas).

Os vestígios históricos dos povos indígenas antes e depois da chegada dos europeus ao Brasil também são diferentes, e a partir daí percebe-se que o modo de vida deles foi modificado a partir da presença de outros povos e culturas no território brasileiro.

Em suma, os artefatos demonstram a transição dos povos que habitavam o solo antes e durante a entrada da coroa portuguesa. Nesse sentido, segundo o disposto no trabalho de Etchevarne, publicado em 2020, a cerâmica de uso cotidiano dos Tupi transparece as transformações entre o período pré-colonial e o período colonial. No primeiro período, os utensílios eram elaborados de forma mais simples e somente para o uso cotidiano; já no segundo, ficaram mais sofisticadas e usadas como forma de decoração.

As modificações que os utensílios receberam demonstram que, após a entrada dos portugueses no Brasil, os elementos funcionais que já existiam anteriormente foram modificados. Um exemplo é a forma dos assadores que continuaram com sua funcionalidade, porém adicionadas bordas fortemente reforçadas, de perfil triangular, e as panelas com carenas acima da metade do bojo.

IMPORTANTE

Resumindo, podemos observar que as informações que existem sobre o território brasileiro antes da chegada dos portugueses se embasam em pesquisas arqueológicas e nos relatos dos primeiros portugueses que chegaram ao país, além das memórias históricas dos povos indígenas que foram passadas através de gerações.

Mas o que é certo é que aqui já existiam povos que se organizavam e ocuparam o território com suas organizações e culturas próprias desde antes de 1500 e até hoje permanecem.

1.2 Panorama no Brasil de 1500 a 1900

Você deve se lembrar que, no dia 22 de abril de 1500, os primeiros barcos portugueses, liderados por Pedro Alvares Cabral, chegaram ao território brasileiro. Nesse momento, nosso país era encontrado pelos europeus e seria batizado de Terra de Vera Cruz.



O momento em que os primeiros colonizadores do Brasil chegam às nossas terras e que, segundo eles, poderiam ser o paraíso, de outra perspectiva, há a descrição de Darcy Ribeiro, tentando refletir como os indígenas perceberam esse momento:



A chegada de algo espantoso. Imensos barcos com grandes velas que desembarcam pessoas brancas com os rostos cheios de barba, sem tomar banho por meses, com feridas e com vestimentas como lobos. Conseqüentemente esse espanto trouxe aos povos primitivos pensamentos de que os indivíduos que ali estavam desembarcando eram deuses, diabos ou até demônios. (SÉCULOS Indígenas no Brasil, 1993. fita 01 (05min28).

Fonte: portaldoprofessor.mec.gov.br.

O primeiro relato feito pelos portugueses por meio do escrivão Pero Vaz de Caminha referia-se às terras boas e com grande beleza, comparando os indígenas com habitantes do Jardim do Éden, tanto por estarem em terras magníficas quanto por andarem nus sem timidez. Em um dos trechos da carta de Caminha, ele afirma:



Fonte: portaldoprofessor.mec.gov.br

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe

quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. (UNAMA, pp. 11-12, sem ano).

Essa relação entre indígenas e portugueses iniciou-se de maneira harmoniosa e referia-se a um vínculo de trocas. Os utensílios que os portugueses usavam traziam fascínio aos moradores das Américas, assim como a beleza natural das terras americanas fascinava os portugueses. Conseqüentemente, permutações entre belezas naturais que se encontravam nas florestas brasileiras por utensílios utilizado pelos povos europeus tornaram-se comum.



Percebe-se que a visão a qual os portugueses tiveram dos povos que se encontravam nas terras criou uma necessidade de englobá-los nos seus costumes, nas suas crenças e nos seus conceitos.

As diferenças culturais entre os recém-chegados e os então habitantes de solo americano criaram, no primeiro grupo, uma visão de que a população que ali habitava era de povos selvagens, conduzindo os portugueses ao desejo de propagar os ensinamentos cristãos aos povos indígenas. Esse anseio se deu porque os portugueses acreditavam que, tornando os índios cristãos, eles se tornariam “civilizados” e, para avançar com esse propósito, os índios eram deslocados de suas aldeias e realocados perto das cidades para serem ensinados sobre o cristianismo.

A princípio, a efetivação de um sistema escravista não sugeria a falta de submissão dos indígenas aos portugueses, que, dependendo do olhar, era considerado por muitos também como escravidão.

A escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro. De forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força.



Fonte: MEC, 2006 – Giovanni Ramusio. Mapa do Brasil colonial, 1557.

A dominação dos portugueses sobre o território brasileiro foi iniciada em 1530 com a nomeação da Coroa e a fundação das primeiras colônias no Brasil. Segundo o IBGE (2007): “durante os dois primeiros séculos da colonização brasileira, a vinda de 500 a 5 mil portugueses por ano”.



Com a estruturação das colônias, a mão de obra seria de extrema necessidade para diversas finalidades. Acrescenta-se que para que os indígenas continuassem recebendo os utensílios dos portugueses, o trabalho braçal também se tornaria necessário.

Na obra *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, Stuart Schwartz (1988) relata que diante das necessidades da nascente cultura da cana-de-açúcar, implantada para acelerar o desenvolvimento econômico do território brasileiro, os portugueses começaram a adotar o uso da mão de obra indígena escrava.

Uma vez que os portugueses estendiam seu domínio sobre territórios brasileiros, a necessidade de mão de obra aumentava, logo, mais indígenas eram escravizados, culminando num intenso conflito entre indígenas e portugueses.

Os indígenas que eram vencidos nas guerras serviram os portugueses como escravos, onde trabalhavam inclusive com a edificações das recentes cidades. Conseqüentemente, a população cativa aumentou drasticamente.

A população até então cativa iniciou o processo de construções dos edifícios e passou a receber ensinamentos bíblicos dos padres portugueses:



Fonte: MEC, 2006 – Glauco Rodrigues.

Com o estabelecimento do primeiro Governo Geral, em 1549, confiado a Tomé de Sousa, teve início o esboço de uma organização administrativa mais centralizada no Brasil, ano em que foi fundada a cidade de Salvador e chegaram os primeiros padres da Companhia de Jesus, que cumpriram importante papel no apaziguamento das resistências indígenas à colonização portuguesa. (IBGE, p. 23, 2007).

Com o avanço do trabalho escravo, a troca de materiais cessou e os indígenas iniciaram diversas tentativas de fugas.

A reação de resistência dos indígenas ao sistema escravocrata fez com que essa fosse uma das justificativas para a utilização de mão de obra africana, e ela passou a ser a predileta dos portugueses, pois os indígenas, por conhecerem bem o solo brasileiro, tinham a facilidade em fugir, enquanto os africanos não tinham esse conhecimento por estarem em um novo local.

Outro ponto muito importante é o conhecimento dos africanos sobre a escravidão, pois já era uma realidade entre o seu povo, assim como entre europeus que há alguns séculos já eram escravizados pelos seus pares. No entanto, os indígenas eram homens livres antes da colonização; por conseguinte, não sabiam o conceito de ser propriedade de outra pessoa. Em consequência disso e, segundo publicado pelo IBGE, os indígenas “moveram inúmeros ataques aos núcleos de



povoamento portugueses, destruíram engenhos, fizeram abortar diversas capitanias hereditárias, dentre as implantadas no Brasil por D. João III”.

Não foi uma dominação pacífica nem amigável, os indígenas resistiram e lutaram por seu território. Pinsky (2010), em sua obra *A Escravidão do Brasil*, explica o porquê dessas batalhas ao apresentar: “A escravidão no Brasil decorre da ‘descoberta’ do país pelos portugueses. Antes de sua vinda, não há registros de relações escravistas de produção nas sociedades indígenas.”

Por sua vez, em contrapartida à resistência encontrada, alguns indígenas já haviam passado pelo sistema de ensino cristão e outros ainda iniciaram suas vidas nos aldeamentos jesuíticos. Isso levou a um movimento migratório de base religiosa cujo nome seria “santidades”.



O estudo feito pelo IBGE em 2007, sobre os 500 anos de povoamento do Brasil, afirma que para além de sua importância histórica no contexto colonial, as “santidades” indígenas tiveram papel importantíssimo na religiosidade híbrida que caracteriza o Brasil hoje, presentes certos ritos em cerimônias como o catimbó, sem falar nas “linhas” de caboclos, incluindo o Tamandaré, nas umbandas e macumbas cariocas, por exemplo. As culturas indígenas foram, assim, decisivas na formação da cultura brasileira, não apenas em certos aspectos da religiosidade, mas em vários outros. (IBGE, p. 48, 2007).



Embora as interferências culturais portuguesas tenham mudado algumas práticas dos povos originários, há a certeza de que boa parte da cultura brasileira é oriunda dos costumes e práticas indígenas, e isso fica claro nos escritos de Gilberto Freyre: *Casa-Grande e Senzala*:



cunhã, mulher e mãe tupinambá; a higiene pessoal; o milho, o caju e vários hábitos alimentares; o óleo de coco para o cabelo, a rede... A toponímia brasileira é, em boa parte, indígena, em diversas regiões, e foram mesmo os índios os principais responsáveis pelo alargamento das fronteiras territoriais da América Portuguesa. (Gilberto Freyre, 1933 apud IBGE, 2007).

Fonte: MEC, 2006 – João Maurício Rugendas. Uma aldeia de Tapuios.



No processo de expansão da coroa portuguesa no Brasil, alguns indígenas, com a ilusão de que suas vidas, de alguma forma, seriam facilitadas, aliançaram-se aos portugueses, auxiliando até mesmo nas guerras contra outros povos que chegavam às terras americanas com o mesmo intuito da coroa portuguesa: povoação e dominação.

Essa aliança entre povos indígenas e portugueses fortaleceu a miscigenação brasileira, pois eles iniciaram relacionamentos entre os povos e, conseqüentemente, em alguns lugares a língua portuguesa acabou virando a principal forma de comunicação.

Diante do novo contexto apresentado aos indígenas, Ronaldo Vainfas afirma que, por volta de 1808, surgiu até mesmo uma nomenclatura para diferenciar indígenas “mansos” dos “bravos”, sendo denominados de civilizados e não civilizados, respectivamente: “Especificamente, os índios mansos eram os controlados, enquanto os índios bravos eram os hostis ou imersos no estado de barbárie”.

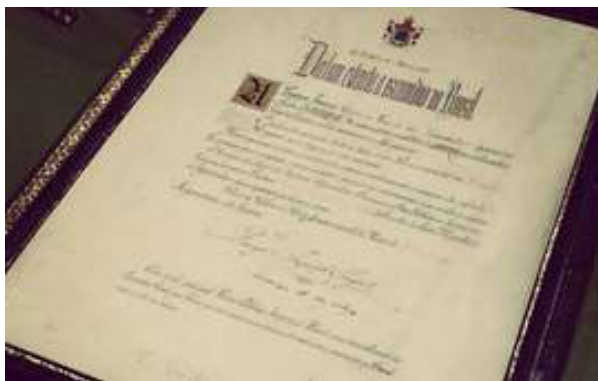
Após a dominação de Portugal no território brasileiro e em decorrência dos diversos episódios de conflitos, mortes de indígenas ocasionadas por doenças, prescrição de crenças e escravização, parte da cultura indígena foi sendo descaracterizada.

IMPORTANTE !

Por si só a chegada dos europeus gerou a morte de diversos grupos indígenas. Eles trouxeram consigo doenças contagiosas e letais para os indígenas que até então não haviam tido contato com tais enfermidades, doenças como a varíola, o sarampo, a tuberculose, a gripe e a coqueluche.

Mesmo que diversos elementos da cultura e tradição brasileira nos dias atuais tenha se originado a partir dos costumes dos povos indígenas, toda a miscigenação gerada nesse processo fez com que a parte cultural mais prejudicada fosse a dos indígenas.

Mesmo com os negros da África se tornando a preferência dos colonos para a escravização, os indígenas também foram impactados com esse modo de dominação até que ela se findasse.



Segundo Araújo (2019): “Formalmente extinta pela Lei Imperial 3.353 (Lei Áurea), sancionada em 13 de maio de 1888, o fim da escravidão no Brasil – ou a sua tentativa – se inicia com os movimentos sociais anteriores a 1831”.

Fonte: Arquivo Nacional.



Por fim, desde a chegada dos portugueses, a luta dos povos indígenas pela manutenção da sua cultura e do seu território durou vários anos, e gerou muitas consequências, como “despovoamento, incompreensão, cumplicidades, massacres; resistências, lutas e recriação de identidades culturais” (ARAÚJO, 2019).

Diante do novo contexto imposto pela chegada dos portugueses e posteriormente de outros povos que também tentaram se apropriar das terras do Brasil, os povos indígenas tiveram que se reinventar para manter suas terras, tradições e culturas vivas, e após um longo período de descaso, pós-colonização, os povos indígenas começaram a receber uma atenção diferenciada. Não aquela embasada em interesses colonizadores, mas sim por parte de grupos que tinham interesse em cuidar e proteger esse povo. E assim sua história começa a mudar novamente.

SAIBA MAIS

Saiba mais sobre a história dos primeiros 500 anos do Brasil pela publicação do IBGE disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>.

1.3 Panorama no Brasil de 1900 aos dias atuais

A luta para manter as tradições indígenas que sobreviveram passou a ganhar força a partir da criação de legislações e instituições para proteção desses povos.

Um dos primeiros relatos de precursores do indigenismo no Brasil foi o da comissão chefiada pelo alferes-aluno Cândido Rondon, que adentrou o território brasileiro tendo por objetivo a realização de estudos territoriais para a instalação de linhas de telégrafo.



Fonte: FIOCRUZ – Comissão Rondon.

Ao contrário de muitos de seus antecessores, Rondon buscava evitar conflito com os indígenas, procurando alternativas para realização de parcerias para a realização das atividades de reconhecimento de território. A partir de experiências bem-sucedidas, as discussões de como lidar com os povos indígenas tomaram novos rumos.



Os positivistas ortodoxos, envolvidos nos debates públicos sobre as várias frentes de institucionalização da República, participaram ativamente da polêmica relativa à capacidade (ou não) de evolução dos povos indígenas que, a partir de 1908, fundamentou a discussão dos projetos indigenistas no Brasil. (MEC, 2006).



A partir dos debates levantados e inspirados pelos relatos de campo da Comissão Rondon, criou-se o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o primeiro órgão de proteção ao índio do Estado brasileiro instituído por meio do Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. A partir desse momento, uma série de avanços na proteção dos povos indígenas começaram a ocorrer.

Após um longo histórico de avanços, o SPI foi extinto e a Fundação Nacional do Índio (Funai) foi criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Algumas de suas atribuições são a de delimitação, demarcação, regularização fundiária e registros de terras ocupadas.



Fonte: Funai.

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. (FUNAI, 2020).

Outro avanço significativo aos indígenas foi a publicação da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, o qual em seu artigo 3º, inciso I, define índio ou silvícola como “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”.

Com os avanços alcançados, o número de povos indígenas que vinha diminuindo durante os anos anteriores devido às doenças trazidas pelo povo europeu, entre outras causas já relatadas, voltou a aumentar:



Desde 1500 até a década de 1970 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos. O desaparecimento dos povos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável. No entanto, este quadro começou a dar sinais de mudança nas últimas décadas do século passado. A partir de 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. O contingente de brasileiros que se considerava indígena cresceu 150% na década de 90. (FUNAI, 2013).



Como os territórios indígenas passaram a ser demarcados e protegidos, os povos indígenas passaram a ter a garantia de um local seguro para que eles pudessem se organizar e viver conforme seus costumes e suas crenças. Mas o quantitativo da população indígena em contexto urbano também se expandiu, pois os indígenas vinham para as cidades em busca de melhores condições de emprego e educação para suas crianças, seus adolescentes e seus jovens.

Com toda a trajetória dos povos indígenas no Brasil, o reconhecimento dos seus direitos e o respeito por tudo que a cultura carrega tem sido um grande avanço para essa população. Essa proteção faz com que o quantitativo de indígenas aumente cada dia mais.

De acordo com os dados do Censo de 2010 do IBGE, no Brasil vivem 896.917 pessoas que se declaram como indígenas.



Os dados do Censo de 2010 também demonstraram a existência de 305 etnias indígenas falantes de 274 línguas diferentes, sendo que a maior porcentagem deles vive em áreas rurais e, a menor, em áreas urbanas. Além de dados populacionais, também é possível pesquisar dados de escolaridade, saneamento, localização, entre outros.

Fonte: Educa IBGE.



SAIBA MAIS

Saiba mais sobre os dados demográficos dos povos indígenas em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>.

Quanto às terras indígenas, pode-se destacar que até o ano de 2020 já havia mais de 560 terras reconhecidas (perfazendo aproximadamente 12% do território nacional), além de mais de 100 terras em processo de estudo.

SAIBA MAIS

Saiba mais sobre as terras indígenas e as ações de proteção desses territórios em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>.

Muitos avanços foram realizados na proteção dos povos indígenas e os principais marcos dessa história serão apresentados neste curso.



Referências

ARAÚJO, Maria Odete Freire de. Trabalho escravo no Brasil: da alforria em 1888 à prática ainda existente e suas projeções. In: 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 119., 2019. Resumos [...]. Recife: ANPUH, 2019.

BRASIL. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Cria o serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais e aprova o respectivo regulamento. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D8072.htm#:~:text=D8072&text=DECRETO%20No%208.072%2C%20DE%2020%20DE%20JUNHO%20DE%201910.&text=Cr%C3%AAa%20o%20Servi%C3%A7o%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o,e-%20aprova%20o%20respectivo%20regulamento. Acesso em: 08 de jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5371.htm. Acesso em: 08 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 08 jun. 2021.

ETCHEVARNE, Carlos. A história da Bahia antes da colonização portuguesa. Revista Nordestina de História do Brasil, Cachoeira, v. 2, n. 4, pp. 62-83, jan./jun. 2020.

GOV.BR. Fundação Nacional do Índio, c2021. Página Inicial. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Acesso em: 11 jun. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento. Centro de Documentação e Disseminação de Informações: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

IBGE. Indígenas. c2021. Página Inicial. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2021.

INDÍGENAS. IBGEeduca, c2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html>. Acesso em: 08 jun. 2021.

Ministério da Cultura. Séculos Indígenas no Brasil. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural Karioka Multemidea Produções: Rio de Janeiro, 1993. Fita 1.

OLIVEIRA, João Pacheco de; Freire, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco e LACED/Museu Nacional, 2006.

PINSKY, Jaime. A Escravidão no Brasil. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2015.



QUEM são. Funai, [S.l.], 12 nov. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao#:~:text=Desde%201500%20at%C3%A9%20a%20d%C3%A9cada,e%20muitos%20povos%20foram%20extintos.&text=O%20percentual%20de%20ind%C3%ADgenas%20em,2000%2C%20totalizando%20734%20mil%20pessoas>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

UNAMA. Universidade da Amazônia. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Belém: Núcleo de Educação a Distância. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.